

Recebido em ago. 2015

Aprovado em out. 2015

## **OS LIMITES DO CONHECIMENTO HUMANO NA FILOSOFIA DE IMMANUEL KANT**

DANIEL RICHARDSON DE CARVALHO SENA \*

VICTOR LEANDRO DA SILVA \*\*

### **RESUMO**

Este escrito toma como base a obra CRÍTICA DA RAZÃO PURA e procura mostrar que a realidade mesma como ela é, nós desconhecemos, sendo possível apenas conhecemos as aparências. Para que seja possível conhecer algo é necessário que existam dados sensíveis, manifestados por meio de relações espaço temporais. A estrutura cognitiva humana sujeita-se a uma atividade conceitual *a priori* do entendimento, sendo que, seu uso legítimo limita-se ao que pode ser intuído sensorialmente, entretanto, qualquer intento ou aplicação fora deste limite sensível será sempre ilícito. A realidade é chamada de númeno. O que nós podemos conhecer é o fenômeno.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Conhecimento. Sensibilidade. Entendimento. Crítica. Fenômeno.

---

\* Professor de Filosofia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM, Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia.

\*\* Professor de Filosofia da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia.

### **ABSTRACT**

This writing is based on the work CRITIQUE OF PURE REASON and aims to show that we do not know reality as it is, and you can only know appearances. In order to know something it is necessary that there be sensitive data, manifested through space time relations. The human cognitive structure is subject to a conceptual activity *a priori* to understanding, and, its legitimate use is limited to what can be intuited sensory, however, any intent or application outside this sensitive range will always be illegal. The reality is called numenon. What we can know is the phenomenon.

### **KEYWORDS**

Knowledge. Sensitivity. Understanding. Critical. Phenomena.

## INTRODUÇÃO

Para realizar um estudo sobre os limites do conhecimento humano no pensamento de Kant é importante, primeiramente, termos uma ideia sobre o conceito de crítica na filosofia deste autor. Kant viveu no Século XVIII, conhecido como “Século das luzes”, uma época de grande agitação filosófica, tendo sido também denominado de “Século do Iluminismo”, movimento que, segundo o próprio Kant, significava:

[...] a saída do homem de sua menoridade, da qual o culpado é ele próprio. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a sua causa não estiver na ausência de entendimento, mas na ausência de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem. (KANT, 2002, p. 115).

Uma das principais características desse período era a ênfase no poder da razão. Neste contexto podemos colocar a crítica como um dos ideais de seu tempo, pois “ela constituía a aspiração fundamental dos iluministas (ABBAGNANO, 1998, p. 223)”. Kant tencionava submeter todas as coisas à crítica da razão, inclusive o conhecimento, como assim também submetia a razão à crítica para com isso poder determinar os seus limites. Desse modo, a crítica nas palavras de Kant é:

[...] um convite à razão para de novo empreender a mais difícil de suas tarefas, a do conhecimento de si mesma e da constituição de um tribunal que lhe assegure as pretensões legítimas e, em contrapartida, possa condenar-lhe todas as

pretensões infundadas; e tudo isto, não por decisão arbitrária, mas em nome das suas leis eternas e imutáveis. (KANT, 1989, p. 5).

Esta ideia de crítica não estava direcionada a obras ou a sistemas filosóficos:

Por uma crítica assim, não entendo uma crítica de livros ou de sistemas, mas da faculdade da razão em geral, com respeito a todos os conhecimentos a que ela pode aspirar, independentemente de toda a experiência (KANT, 1989, p. 5-6).

A crítica kantiana está dividida em três obras: A crítica da Razão Pura (1781), que trata da razão propriamente dita; a Crítica da Razão Prática (1788), que trata da razão direcionada à conduta humana; e a Crítica do Juízo (1790), que trata da faculdade de julgar abordando também questões relativas à estética.

Este escrito consiste em apresentar os fundamentos do conhecimento humano, com base na obra Crítica da Razão Pura, onde é exposto o processo em que ocorre a captação passiva dos objetos pelo homem, chamada por ele de sensibilidade, e a capacidade ativa, chamada de entendimento.

As formas de Intuição são condições únicas para a representação de objetos sensíveis; qualquer objeto da experiência precisa ser representado sob as formas de espaço e tempo. O espaço é a forma da experiência ou percepções externas; o tempo é a forma das vivências ou percepções internas. Por meio destas formas encontra-se o que pode ser conhecido *a priori* na intuição.

Entretanto, apenas por meio da intuição não é possível conhecer, é preciso que exista a atividade do

entendimento para fazer a síntese dos objetos intuídos. Como só é possível conhecer por meio das impressões fornecidas pela sensibilidade, nosso entendimento não pode estender-se para além dos sentidos, ou seja, não podemos ir além dos fenômenos.

## **1.0 A SENSIBILIDADE**

Segundo Kant, existem duas vias do conhecimento humano: a sensibilidade e o entendimento. Pela primeira os objetos nos são dados, pela segunda, são pensados. O ponto de partida para a análise do conhecimento humano está na sensibilidade. Na primeira parte da Crítica da Razão Pura, chamada Estética Transcendental, Kant irá analisar “o processo em que ocorre a recepção, ou captação passiva dos objetos, processo que Kant denomina sensibilidade” (ANDERY, 2000. p. 347).

A palavra estética é usada por Kant no seu significado etimológico, dado que no grego a palavra *aísthesis* significa “sensação” (REALE, 1990, p. 878.). Estética Transcendental será, logo, um estudo das formas de sensibilidade, ou o modo como recebemos as sensações. Kant chama-a de “*ciência de todos os princípios da sensibilidade a priori*”. (KANT, 1983, p. 40). É importante lembrar que a sensação difere da sensibilidade, pois a primeira é uma impressão recebida pelo sujeito quando em contato com o objeto; já a outra é uma capacidade inerente à própria estrutura humana.

A sensibilidade é chamada de faculdade das intuições. Por intuição entendemos como sendo a relação direta com o objeto, ou seja, o modo como o

sujeito o apreende por meio dos sentidos. Para que haja intuição é preciso que algum objeto seja dado ao homem; a partir deste contato com o objeto, o sujeito do conhecimento é afetado, daí o porquê da sensibilidade ser chamada de captação passiva.

Essa intuição que se reporta a um objeto através da sensibilidade é chamada de intuição sensível, sendo esta a única possível de existir para o homem, ser pensante e finito, pois uma intuição intelectual só poderia existir em Deus.

Segundo Pascal (2001, p. 48-49):

Não existem intuições intelectuais, ao menos para o homem. Com efeito, numa intuição intelectual, o espírito dar-se-ia a si mesmo, o objeto que vê; mas um tal modo de ver é privativo do Ser supremo: a intuição humana supõe que um objeto nos seja dado, e que este nos afete o espírito. A sensibilidade é, precisamente esta faculdade que possui nosso espírito de ser afetado pelos objetos.

Desse modo, percebe-se que o homem necessita de contato com o objeto, pois o intelecto humano não poderá jamais intuir, ou seja, quando pensa, ele necessariamente deverá reportar-se ao que lhe é fornecido pela sensibilidade. O objeto desta intuição sensível é chamado de fenômeno, palavra oriunda do grego *phainómenon*, que significa “aparição” ou “manifestação” (REALE, 1990 p. 879). Sobre o fenômeno, Kant faz uma separação do que seria a sua matéria e a sua forma: “Denomino matéria do fenômeno àquilo que nele corresponde à sensação; denomino ao invés, forma do fenômeno aquilo que faz com que o múltiplo do fenômeno possa ser ordenado

em certas relações” (Kant, 1983 p. 39). A matéria do fenômeno é dada através da sensibilidade, enquanto a forma é oriunda do entendimento humano.

Para que seja possível a realização do processo do conhecimento, é preciso num primeiro momento, como já foi dito, que o sujeito tenha contato sensível com o objeto. Kant chama de intuição empírica as sensações produzidas no homem pelo contato com esses objetos:

O efeito de um objeto sobre a capacidade de representação, na medida em que somos afetados pelo mesmo, é sensação. Aquela intuição que se refere ao objeto mediante sensação denomina-se empírica. O objeto indeterminado de uma intuição empírica denomina-se fenômeno. (KANT, 1983, p. 39).

Mas esta aptidão da estrutura humana de ser afetada passivamente pelo objeto se encontra a priori, no ser humano, sendo dotada de necessidade e universalidade, e é chamada de intuição pura. Existem, pois, duas formas de intuição pura, o espaço e o tempo. Elas são fundamentais na sensibilidade, indispensáveis à intuição sensível. Kant as chama de intuições puras, pois apesar de serem condições da sensibilidade, não estão no mundo, mas fazem parte da estrutura cognitiva humana. Para mostrar isso Kant afirma na Estética Transcendental:

[...] isolaremos em primeiro lugar a sensibilidade separando tudo que o entendimento pensa nela mediante seus conceitos, a fim de que não reste senão a intuição empírica. Em segundo lugar, desta última ainda separaremos tudo o que pertence à sensação, a fim de que nada mais reste senão a intuição pura e a mera forma dos fenômenos, a

única coisa que a sensibilidade pode fornecer a priori. No decurso desta investigação, ver-se-á que como princípios do conhecimento a priori há duas formas de intuição sensível a saber, o espaço e o tempo [...] (KANT, 1983, p. 40).

### 1.1 O ESPAÇO

O espaço é a forma da sensibilidade que abrange tudo o que pode aparecer exteriormente. É por meio do espaço que percebemos a priori os objetos que estão fora. Na Seção Primeira da Estética Transcendental, Kant irá ocupar-se de uma exposição detalhada do conceito de espaço, utilizando vários argumentos acerca do mesmo.

No primeiro argumento ele declara que o espaço é uma representação a priori, sendo que a idéia do espaço é necessária para conhecer qualquer objeto exterior:

O espaço não é um conceito empírico abstraído de experiências externas. Pois a representação de espaço já tem que estar subjacente em certas sensações que se referem a algo fora de mim (isto é, a algo num lugar do espaço diverso daquele que me encontro), e igualmente para eu poder representá-las como fora de mim e uma ao lado da outra e por conseguinte não simplesmente como diferentes, mas como situadas em lugares diferentes. Logo a representação do espaço não pode ser tomada emprestada, mediante a experiência, das relações do fenômeno externo, mas esta própria experiência externa é primeiramente possível só mediante a referida representação. (KANT, 1983, p. 41).

No segundo argumento, Kant afirma que podemos pensar um espaço sem coisas, mas não coisas sem o espaço, ou seja, o espaço é uma referência necessária:

O espaço é uma representação a priori necessária que subjaz a todas as intuições externas. Jamais é possível fazer uma representação de que não há espaço algum, embora se possa muito bem pensar que não se encontre objeto algum nele. Ele é, portanto considerado a condição da possibilidade dos fenômenos e não a uma determinação dependente destes; é uma representação a priori que subjaz necessariamente aos fenômenos externos (KANT, 1983 p. 41).

Em seu terceiro argumento, Kant diz que o espaço não é um conceito, mas uma intuição, pois o espaço é uno, e sendo uno só poderá dizer respeito a um objeto, ou seja, os outros espaços são meros recortes dentro do espaço:

O espaço não é um conceito discursivo ou, como se diz, um conceito universal de relações das coisas em geral, mas sim uma intuição pura. Em primeiro lugar, só se pode representar um espaço uno, e quando se fala de muitos espaços entende-se com isso apenas partes de um e mesmo espaço único. Estas partes não podem tampouco preceder o espaço uno, que tudo compreende, como se fossem suas partes componentes (a partir das quais seria possível sua composição), mas só pensadas nele. O espaço é essencialmente uno; o múltiplo nele, por conseguinte também o conceito universal de espaços em geral, repousa apenas sobre limitações. (KANT, 1983 p. 41).

Em seu quarto argumento acerca do espaço, Kant afirma que o mesmo só poderá ser uma intuição, pois, a maneira como um conceito abrange os objetos é parcial, ele só pensa o comum, nunca nomeia o objeto inteiramente, só a intuição descreve as particularidades:

O espaço é representado como uma magnitude infinita dada. Ora, é verdade que se precisa pensar cada conceito como uma representação contida num número infinito de diversas representações possíveis (como sua característica comum), portanto contendo sob si tais representações; mas nenhum conceito como tal pode ser pensado como se contivesse em si um número infinito de representações. Não obstante, o espaço é pensado deste modo (pois todas as partes do espaço são simultâneas ao infinito). A representação originária do espaço é, portanto, intuição a priori e não conceito. (KANT, 1983, p. 41).

Desse modo podemos concluir que o espaço nos representa os objetos fora de nós, não existe nas coisas e não é objeto, mas é uma condição da sensibilidade do sujeito que conhece (ANDERY, 2000), ou seja, a condição da manifestação das coisas em nós. Ele não deriva da experiência, é uma intuição pura, a priori, e não um conceito.

## 1.2 O TEMPO

O tempo é a forma da sensibilidade que abrange tudo o que pode aparecer interiormente, é por meio do tempo que podemos perceber *a priori* os objetos de forma interior. Na Seção Segunda da Estética Transcendental, Kant irá fazer uma exposição detalhada do tempo, semelhante a que fez com o espaço, e utilizará também vários argumentos acerca do mesmo.

Em seu primeiro argumento sobre o tempo, Kant expressa que o mesmo permite perceber a simultaneidade e a sucessão de algo que existe. O tempo é uma condição de experiência:

O tempo não é um conceito empírico abstraído de qualquer experiência. Com efeito, a simultaneidade ou a sucessão nem sequer se apresentaria à percepção se a representação do tempo não estivesse subjacente a priori. Somente a pressupondo pode-se representar que algo seja num mesmo tempo (simultâneo) ou em tempos diferentes (sucessivo). (KANT, 1983, p. 44).

Em seguida, Kant expõe que podemos retirar as coisas do tempo, mas não podemos retirar o tempo das coisas:

O tempo é uma representação necessária subjacente a todas as intuições. Com respeito aos fenômenos em geral, não se pode suprimir o próprio tempo, não obstante se possa do tempo muito bem se eliminar os fenômenos. O tempo é, portanto, dado a priori. Só nele é possível toda a realidade dos fenômenos. Os fenômenos podem cair todos fora, mas o próprio tempo (como a condição universal da sua possibilidade) não pode ser supresso. (KANT, 1983 p. 44).

No terceiro argumento, Kant declara que as proposições que dependem do tempo são universais e necessárias, pois o tempo é a priori:

Sobre essa necessidade a priori também se funda a possibilidade de princípios apodícticos das relações do tempo, ou de axiomas do tempo em geral. Ele possui uma única dimensão: diversos tempos não são simultâneos, mas sucessivos (assim como diversos espaços não são sucessivos, mas simultâneos). Esses princípios não podem ser tirados da experiência, pois esta não daria nem universalidade nem rigorosa nem certeza apodíctica. (KANT, 1983 p. 44).

Em sua quarta argumentação acerca do tempo, Kant expressa que semelhante ao espaço, o tempo é uma intuição e não conceito, pois ele é uno:

O tempo não é um conceito discursivo ou, como se diz, um conceito universal, mas uma forma pura de intuição sensível. Tempos diferentes são apenas partes precisamente do mesmo tempo. A representação que só pode ser dada por um único objeto é, porém, intuição. (KANT, 1983 p. 44).

No quinto argumento sobre o tempo, ele declara que a representação do tempo é ilimitada, enquanto um conceito é parcial:

A infinitude do tempo nada mais significa que toda magnitude determinada do tempo só é possível mediante limitações de um tempo subjacente. A representação originária do tempo tem, portanto, que ser dada como ilimitada. Mas onde as próprias partes e cada magnitude de um objeto podem ser representadas determinadamente apenas por limitação, a inteira representação não tem que ser dada por conceitos (pois estes só contêm representações parciais), mas tem que subjazer uma intuição imediata. (KANT, 1983 p. 45)

Assim, podemos também concluir que o tempo, semelhante ao espaço, não deriva da experiência, é uma intuição pura, a priori, e não um conceito. Ele serve de fundamento para que a simultaneidade ou sucessão das coisas possa ser percebida.

Espaço e tempo são as condições de conhecimento humano. O espaço é a forma da percepção externa e o tempo é a formada percepção interna. Porém, ao se perceber algo exteriormente, tem-se também a “apercepção” interna, ou seja, dá-se conta de que

percebe. Desse modo, o tempo possui uma posição privilegiada em relação ao espaço, pois é uma forma de sensibilidade tanto interna quanto externa que abarca a totalidade das experiências sensíveis.

## **2.0 O ENTENDIMENTO**

O outro ramo do conhecimento humano é o entendimento, que é oriundo do intelecto. A sensibilidade nos dá os objetos, enquanto o entendimento irá pensa-los por meio de conceitos (ações do pensamento puro). Na segunda parte da Crítica da Razão Pura, chamada Lógica Transcendental, Kant irá descrever esse processo de pensar as intuições.

A Lógica Transcendental de Kant é baseada na Lógica de Aristóteles, que é um estudo de leis e princípios gerais do pensamento, chamada de Lógica Formal. A Lógica aristotélica ocupa-se apenas das formas de pensamento, sem se remeter aos conteúdos, ou seja, por meio de regras ela pode definir conhecimentos, sendo que estes conhecimentos não se reportarão a nenhum objeto. Kant institui uma diferença entre a Lógica Formal e a Lógica Transcendental: A Lógica Formal limita-se apenas a estudar as suas leis de raciocínio, enquanto:

[...] a Lógica Transcendental estuda a origem dos conceitos e se ocupa especificamente com aqueles conceitos que não provêm dos objetos, mas que provêm a priori do intelecto e, no entanto, se referem a priori aos próprios objetos. (REALE, 1990, p. 883).

Kant crê na existência de formas a priori no entendimento (como é semelhante na sensibilidade) e

também num modo de pensar os objetos que possibilite determinar a validade objetiva dos conhecimentos, embora independente dela:

Na expectativa de que talvez haja conceitos que possam referir-se a priori a objetos – não como intuições puras ou sensíveis, mas apenas como ações do pensamento puro, que são, por conseguinte, conceitos, mas tampouco de origem tanto empírica quanto estética – formamo-nos antecipadamente a idéia de uma ciência relativa ao conhecimento puro do entendimento e da razão mediante a qual pensamos objetos de modo inteiramente a priori. Uma tal ciência, que determinasse a origem, o âmbito ou a validade objetiva de tais conhecimentos, teria que se denominar lógica transcendental. (KANT, 1983, p. 60).

Sendo, pois, a Lógica Transcendental uma ciência do entendimento, Kant irá dividi-la em duas partes: a Analítica Transcendental e a Dialética Transcendental, semelhante à divisão da Lógica de Aristóteles. Na primeira Kant tratará da exposição dos elementos do conhecimento puro do entendimento, enquanto, que, na segunda referir-se-á ilusão da razão que pretende possuir conhecimentos de realidades fora dos limites possíveis da experiência. A Analítica será, portanto, uma “lógica da verdade”, enquanto a dialética será “uma lógica da ilusão”.

A Analítica Transcendental, parte da lógica kantiana que interessa a este estudo, por sua vez, divide-se em duas seções: a Analítica dos Conceitos e a Analítica dos Princípios. Segundo Kant: “Esta analítica é a decomposição do nosso inteiro conhecimento

a priori nos elementos do conhecimento puro do entendimento” (KANT, 1983, 65).

## 2.1 A ANALÍTICA DOS CONCEITOS

Kant usa a palavra “analítica” também se reportando ao vocabulário aristotélico. Segundo Reale (2000, p. 883): “Analítica deriva do grego *analyo* (*análysis*), que significa decompor uma coisa em seus elementos constitutivos”. A Analítica dos Conceitos será, pois, a: ”Decomposição da faculdade do entendimento, para investigar a possibilidade dos conceitos a priori mediante a sua procura unicamente no entendimento, como lugar do seu nascimento, e a análise do uso puro do entendimento em geral” (KANT, 1983 p. 67).

Para realizar esta tarefa Kant propõe que seja encontrado um fio condutor que possui a finalidade de descobrir a totalidade dos conceitos puros do entendimento. Visando elaborar uma tabela completa desses conceitos, Kant encontra esse fio condutor nas várias formas que se efetua a unidade nos juízos.

O entendimento não é uma faculdade da intuição, desse modo, só poderá haver conhecimento por meio de conceitos. Segundo Kant, todas as intuições sensíveis pairam sobre afecções (são passivas) e os conceitos sobre funções. Função é *a unidade da ação de ordenar diversas representações sob uma representação comum* (KANT, 1983, p. 68). Os conceitos edificam-se na espontaneidade do pensamento e o entendimento faz uso desses conceitos através de juízos. Sendo o juízo, um conhecimento com a mediação de um objeto (diferente da intuição em que o conhecimento

é imediato), ou seja, ele é a “representação de uma representação do mesmo. Em cada juízo há um conceito válido para muitos e que ainda sob estes muitos concebe uma representação dada que é então referida imediatamente ao objeto” (KANT, 1983, p. 68).

Para Kant, o entendimento é uma faculdade de julgar. Então o tal fio condutor consiste em corresponder os diversos tipos de juízos às respectivas categorias do pensamento puro. Para isso ele faz uso da tábua de juízos da lógica aristotélica, que distingue várias formas de juízos segundo a quantidade, a qualidade, a relação e a modalidade. Baseado nesta classificação, Kant Chega ao seguinte quadro:

## **TÁBUA DE JUÍZOS - TÁBUA DAS CATEGORIAS**

### **1- Quantidade**

- |                 |                |
|-----------------|----------------|
| 1- Universais   | 1- Unidade     |
| 2- Particulares | 2- Pluralidade |
| 3 -Singulares   | 3- Totalidade  |

### **2- Qualidade**

- |                |              |
|----------------|--------------|
| 1- Afirmativos | 1- Realidade |
| 2- Negativos   | 2-Negação    |
| 3- Infinitivos | 3- Limitação |

### **3- Relação**

- |                |                             |
|----------------|-----------------------------|
| 1- Categóricos | 1- Inerência e substância   |
| 2- Hipotéticos | 2-Causalidade e dependência |
| 3- Disjuntivos | 3- Comunidade               |

#### **4- Modalidade**

- |                  |                                   |
|------------------|-----------------------------------|
| 1- Problemáticos | 1- Possibilidade- impossibilidade |
| 2- Assertórios   | 2- Existência-não ser             |
| 3- Apodícticos   | 3- Necessidade-Contingência       |

Após a elaboração da tábua de categorias, Kant pretende mostrar a legitimidade da mesma por meio da dedução transcendental: “denomino dedução transcendental de conceitos, a explicação da maneira como estes podem se referir a priori a objetos” (KANT, 1983, p. 79). Kant pretende mostrar como a intuição sensível aceita as formas a priori, ou seja, a explicação de como conceitos que não nascem da experiência se aplicarão a ela.

O espaço e o tempo se aplicam em relação ao objeto dado à intuição de maneira diferente dos conceitos. Devido só ser possível algo se dar por meio dessas intuições espaço-temporais, só se perceberá algo espacializado, e também isso só ocorrerá no tempo. Já o entendimento não possui nenhuma ligação com os objetos da intuição. Então como irá aplicar-se a eles?

Segundo Kant, para um objeto fazer parte da experiência ele não precisa apenas ser intuído, mas pensado. Enquanto dados à intuição os objetos são apenas fenômenos. Para intuir os objetos, as categorias não são necessárias, mas são imprescindíveis para pensá-los.

Para explicar a aplicação do entendimento às categorias, Kant recorre à síntese. A sensibilidade fornece um amontoado de subjetivo de intuições sensíveis. Para se ter um objeto é preciso que essas

representações se liguem entre si. Como a sensibilidade é mera recepção, essa ligação só poderá ser feita pelo entendimento. O entendimento refere cada representação a um objeto determinado e através dessa referência, ele conecta todas as representações. O ato do entendimento que une todas as representações mediante a representação de um objeto indeterminado é a síntese. Para que a síntese seja possível, é necessária uma unidade mais elevada, que possa acompanhar todas as representações, isto é, uma unidade da consciência. Essa unidade da consciência Kant chama “eu penso”:

O eu penso tem que poder acompanhar todas as minhas representações; pois do contrário, seria representado em mim algo que não poderia de modo algum ser pensado, o que equivale a dizer que a representação seria impossível ou, pelo menos para mim, não seria nada. (KANT, 1983, p. 85).

Kant chama o “eu penso” de apercepção transcendental ou apercepção pura. E faz uma distinção entre a apercepção pura e a apercepção empírica:

Chamo-a apercepção pura para distingui-la da empírica, ou ainda apercepção originária por ser aquela autoconsciência que ao produzir a representação eu penso que tem que poder acompanhar todas as demais e é uma e idêntica em toda consciência, não pode jamais ser acompanhada de nenhuma outra. (KANT, 1983, p. 85).

O eu penso deverá, pois, acompanhar todas as representações e permanecer idêntico a si mesmo, pois de outra maneira não poderia ter consciência dessas representações, ou seria como se não as tivesse, ou ainda, mudaria de acordo com essas representações.

Esse eu penso, ou sujeito transcendental, não é um sujeito individual, o que daria a idéia de um psicologismo, mas á a própria estrutura de pensar, comum a todos os seres humanos, e que também garante a objetividade empírica.

As condições subjetivas do pensamento poderão ter valor objetivo, ou seja, elas fornecerão as condições da possibilidade do conhecimento dos objetos devido à unidade da consciência:

A unidade da consciência é aquilo que unicamente perfaz a referência das representações a um objeto, por conseguinte a sua validade objetiva e, portanto, que se tornem conhecimentos, e sobre o que enfim repousa a própria possibilidade do entendimento. (KANT, 1983, p. 87).

É somente por ser possível apreender em uma consciência a multiplicidade de representações reduzindo a uma unidade, que é possível a síntese, e este feito consiste no conhecimento de um objeto. Esta síntese se expressa mediante o juízo, e os objetos se constituem também mediante os juízos. Todo Juízo é uma aplicação de uma categoria. Se os objetos se constituem mediante juízos e se em cada juízo é aplicada uma categoria, as categorias serão constitutivas do objeto, logo as categorias possuirão valor objetivo. Dessa maneira será possível chegar a resposta de como as categorias sendo a priori se aplicarão a objetos, e mais, só haverá conhecimento se algo for dado pela sensibilidade, o que confirmará a célebre proposição kantiana: “Pensamentos sem conteúdo são vazios, intuições sem conceitos são cegas” (KANT, 1983, p. 57).

## 2.2 ANALÍTICA DOS PRINCÍPIOS

A segunda parte da lógica transcendental, chamada Analítica dos Princípios, procurará mostrar como se aplicam à experiência os princípios do entendimento, ou seja, como é possível a adoção das intuições sob os conceitos e, portanto, a aplicação das categorias aos fenômenos. Kant chama a Analítica dos Princípios de “doutrina transcendental da capacidade de julgar”, e diz que a mesma tratará de dois capítulos:

Essa doutrina transcendental da capacidade de julgar conterà dois capítulos: o primeiro tratará da condição sensível unicamente sob a qual podem ser utilizados os conceitos puros do entendimento, isto é, do esquematismo do entendimento puro; o segundo, porém, daqueles juízos sintéticos que emanam, sob estas condições a priori, de conceitos puros do entendimento e subjazem a todos os restantes conhecimentos a priori, isto é, dos princípios do entendimento puro. (KANT, 1983, p. 103).

O primeiro capítulo da analítica dos princípios tratará, pois, do esquematismo. Para haver conhecimento é necessário que existam intuições e conceitos. O problema específico deste capítulo é o seguinte: como duas representações heterogêneas (intuições e conceitos) podem se relacionar? Kant propõe, para resolver essa questão, o esquema transcendental:

Ora, é claro que precisa haver um terceiro elemento que seja homogêneo, de um lado, com a categoria e, de outro, com o fenômeno, tornando possível a aplicação da primeira ao último. Esta representação mediadora deve ser pura (sem nada

de empírico) e não obstante de um lado intelectual, e de outro sensível. Tal representação é o esquema transcendental. (KANT, 1983, p. 104).

Segundo Kant, por meio do esquematismo será possível encontrar um elemento puro capaz de conciliar a diferença existente entre os fenômenos e os conceitos. Este elemento puro será o tempo:

O conceito do entendimento contém a unidade sintética pura do múltiplo em geral. Como a condição formal do múltiplo do sentido interno, por conseguinte da condição de todas as representações, o tempo contém na intuição pura um múltiplo a priori. Ora, uma determinação transcendental do tempo é homogênea à categoria (que constitui a unidade de tal determinação) na medida em que é universal e repousa numa regra a priori. Por outro lado, a determinação do tempo é homogênea ao fenômeno, na medida em que o tempo está contido em toda representação empírica do múltiplo. Logo, será possível uma aplicação da categoria a fenômenos mediante a determinação transcendental do tempo que, como o esquema dos conceitos do entendimento, media a subsunção dos fenômenos à primeira. (KANT, 1983, p. 104).

Desse modo, o tempo possui uma relação a priori tanto com as categorias, quanto com os fenômenos, pois o múltiplo sensível que chega à intuição é dado no tempo, e a aplicação das categoria do entendimento a este múltiplo sensível também é uma determinação do tempo. É o tempo que faz a ligação da categoria com o fenômeno.

Em seguida Kant afirma que o esquema *é em si mesmo só um produto da capacidade de imaginação*

(Kant, 1983, p. 105). E é a imaginação que constrói os esquemas que permitem a aplicação das categorias ao tempo. É necessário agora fazer a diferenciação entre o esquema e a imagem. O esquema deverá aplicar-se a todos os entes de uma mesma espécie, por meio da subsunção, pôr os objetos sob a representação do conceito; enquanto a imagem dá uma representação completa e singular de determinado ente com a exclusão da imagem dos demais. Kant cita o seguinte exemplo:

Se ponho cinco pontos um após o outro [...], isto é a imagem do numero cinco. Ao contrário, se apenas penso um número em geral, que pode ser cinco ou cem, então este pensamento é mais a representação de um método de representar a uma quantidade (por exemplo mil) numa imagem, conforme um certo conceito do que essa própria imagem que eu, no último caso, dificilmente poderia abranger com a vista e comparar com o conceito. Ora, denomino tal representação de um procedimento universal da capacidade de imaginação, o de proporcionar a um conceito sua imagem, o esquema deste conceito. (KANT, 1983, p. 105).

Cabe agora, apresentar os esquemas segundo a ordem das categorias. Sobre a categoria de quantidade Kant afirma que o esquema é o número, e ele não é senão “a unidade da síntese do múltiplo de uma intuição homogênea em geral, mediante o fato de que produz o próprio tempo na apresentação da intuição” (KANT, 1983, p. 106).

Pascal apresenta, de maneira clara e resumida, os esquemas em relação às demais categorias:

O conteúdo do tempo é o esquema da qualidade; o tempo preenchido pela sensação corresponde à categoria da realidade; o tempo vazio corresponde à categoria da negação. Do ponto de vista da relação, o esquema da substância é a permanência do real no tempo; o da causalidade, a sucessão constante; o da ação recíproca, a simultaneidade regular. Enfim, as categorias da modalidade correspondem: a existência virtual no tempo (possibilidade), a existência atual no tempo (realidade), a existência perpétua no tempo (necessidade). (PASCAL, 2001, p. 76).

Desse modo, é possível ver o conteúdo do esquema de cada categoria e o que o mesmo representa numa determinação de tempo. Segundo Kant:

Os esquemas não são, por isso, senão determinações a priori de tempo segundo regras, e estas se referem, segundo a ordem das categorias, à série do tempo, ao conteúdo do tempo, à ordem do tempo, enfim ao conjunto do tempo no tocante a todos os objetos possíveis. (KANT, 1983, p. 106).

Assim, chega-se a solução da primeira questão da analítica dos princípios: o tempo é a condição sensível que, unicamente, permite empregar conceitos puros do entendimento. Kant demonstra por meio do esquematismo como é possível a aplicação das categorias aos fenômenos.

Falta agora expor os juízos sintéticos que emanam dos conceitos puros do entendimento e constituem a todos os conhecimentos a priori, ou seja, dos princípios do entendimento puro. Esta é a segunda questão da analítica dos princípios. Segundo Kant, todo o conhecimento a priori que podemos ter da natureza

encontra-se na totalidade de princípios que derivam das categorias do entendimento. Esses princípios não derivam da experiência, entretanto toda experiência deverá estar em conformidade com eles. Sobre os princípios ele afirma: “Com efeito, estes não são mais do que proposições, que subsumem toda percepção (em conformidade com certas condições gerais da intuição) sob aqueles conceitos intelectivos puros” (KANT, 1988, p. 74). Desse modo a tábua das categorias nos conduzirá para uma tábua de princípios: “A tábua das categorias nos dá a indicação completamente natural para a tábua dos princípios, pois estes nada mais são senão regras do uso objetivo das primeiras” (KANT, 1983, p. 114). Assim, a tábua dos princípios será composta de:

1. Axiomas da Intuição que correspondem às categorias de quantidade.
2. Antecipações da percepção, relativas às categorias da qualidade.
3. Analogias da experiência, correspondentes às categorias da relação.
4. Postulados do pensamento empírico em geral, que se referem às categorias da modalidade.

Sobre os axiomas da intuição, o seu princípio é: “Todas as intuições são quantidades extensivas” (KANT, 1983, p. 115). Os fenômenos são apreendidos devido à síntese do múltiplo da intuição num determinado espaço e tempo, e esta síntese é pensada no conceito

de uma quantidade. Pois se ou fenômenos se dão no espaço e no tempo, eles serão quantidades extensivas. Este princípio: “subsume todos os fenômenos, como intuições no espaço e tempo, sob o conceito de grandeza, pelo qual motivo é um princípio de aplicação da matemática à experiência” (KANT, 1988, p. 78).

As antecipações da percepção têm como princípio: “*Em todos os fenômenos, o real que é um objeto da sensação, possui quantidade intensiva, isto é um grau*” (KANT, 1983, p. 117). Se os corpos fossem apenas expansão, eles seriam meras figuras geométricas, mas como possuem peso (quantidade) estão no mundo dos objetos físicos e possuem uma percepção que pode ser registrada. Um mínimo de percepção já dá a idéia de realidade (que é uma categoria da qualidade). O objeto real possui percepção e é diferente de zero, ou seja, o objeto real precisa ter um grau qualquer diferente de zero. Não é possível, pois, perceber um fenômeno, sem que o existe de real nele, nos afete.

Os princípios seguintes são as *analogias da experiência*, que têm como enunciado: “*A experiência só é possível mediante a representação de uma conexão necessária das percepções*” (KANT, 1983, p. 122). As analogias da experiência são princípios regulativos que dizem respeito às relações entre os fenômenos num tempo. Os princípios estabelecem entre as percepções uma ligação necessária para que seja possível uma redução a uma consciência de si. Existem três modos do tempo que “*regulam todas as relações cronológicas dos fenômenos, possibilitando assim a experiência*” (PASCAL, 2001, p. 79). Estes três modos são a permanência,

a sucessão e a simultaneidade; e se relacionam diretamente com as categorias de substância, causa e efeito e ação recíproca, respectivamente. Haverá então três analogias: *O princípio da permanência da substância, o princípio da sucessão temporal segundo a lei da causalidade e o princípio da simultaneidade segundo a lei da ação recíproca ou comunidade.*

A primeira analogia, que diz respeito à permanência no tempo e se reporta à categoria de substância, tem como princípio o seguinte enunciado: *“Em toda a variação dos fenômenos permanece a substância, e o quantum da mesma não é nem aumentado nem diminuído na natureza”* (KANT, 1983, p. 124). De acordo com esta analogia, a substância existe por si mesma e os acidentes têm existência dependente de uma substância. O fundamento para definir a substância é o tempo. A permanência está para a mutabilidade, assim como a substância está para os acidentes. Essa permanência é uma condição para se determinar os fenômenos no tempo, enquanto objetos numa experiência possível.

A segunda analogia trata da sucessão, e se refere à categoria de causa e efeito, tendo como princípio: *“Todas as mudanças acontecem segundo a lei da conexão de causa e efeito”* (KANT, 1983, p. 128). A sucessão não é uma conexão subjetiva (como afirmou Hume), pois o tempo é irreversível, ou seja, a causa sempre vem antes do efeito. Este encadeamento é de fenômenos, isto é, o que é dado pela sensibilidade.

A terceira analogia que faz menção à simultaneidade no tempo, reporta-se à categoria de

ação recíproca tendo como enunciado: “*Na medida em que podem ser percebidas no espaço como simultâneas, todas as substâncias estão em constante ação recíproca*” (KANT, 1983, p. 138). A simultaneidade existe quando, numa intuição empírica, a percepção de algo pode suceder reciprocamente à percepção de outra. Desse modo percebe-se primeiro certo elemento X para depois perceber um elemento Y. “*A simultaneidade é a existência do múltiplo no mesmo tempo*” (KANT, 1983, p. 138). Esta analogia dá a entender que a co-existência espaço-temporal é condição da síntese.

O quarto princípio do entendimento é constituído de três postulados, chamados “postulados do pensamento empírico em geral” (KANT, 1983, p. 141). Estes postulados reportam-se às categorias da modalidade: possibilidade, existência e necessidade. Tratam da relação da experiência com a condição de possibilidade do sujeito. “As categorias da modalidade referem-se, não às próprias coisas, do ponto de vista de sua determinação, mas à relação entre as coisas e o entendimento, isto é, a maneira como o entendimento as põe” (PASCAL, 2001, p. 81).

O primeiro postulado que tem como enunciado: “Aquilo que concorda com as condições formais da experiência (segundo a intuição e os conceitos) é possível” (KANT, 1983, p. 141). De acordo com este postulado, o objeto deve estar em conformidade com as condições da experiência (espaço, tempo e categorias) formais.

O segundo postulado tem como princípio: “Aquilo que se interconecta com as condições matérias da experiência (de sensação) é real” (KANT, 1983, p.

141). Segundo este postulado, o objeto deve estar em conformidade com as condições matéricas da natureza.

No terceiro e último postulado, que assim se enuncia: “Aquilo cuja interconexão com o real está determinada segundo condições gerais da experiência é (existe) necessariamente” (KANT, 1983, p. 141), o objeto deve estar em conformidade com as condições formais e materiais da experiência.

Após expor a totalidade dos princípios do entendimento puro que derivam das categorias do entendimento, Kant responde à segunda questão da analítica dos princípios, que trata dos juízos sintéticos que decorrem a priori, e que servem de fundamento para todo o conhecimento. E conclui que:

Todos os princípios do entendimento puro não são senão princípios a priori da possibilidade da experiência, e unicamente a estas se referem também todas as proposições sintéticas a priori, até mesmo a sua possibilidade se funda totalmente sobre esta referência. (KANT, 1983, p. 153).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após a análise da sensibilidade e do entendimento percebemos que para haver conhecimento é necessário que existam intuições e conceitos, pois estes são os elementos essenciais para sua formação, conforme já havia sido antes citado: “Pensamentos sem conteúdo são vazios, intuições sem conceitos são cegas” (KANT, 1983, p. 57).

A estrutura cognitiva humana, por meio de informações dadas pelos sentidos, sujeita-se a uma atividade conceitual *a priori* do entendimento, sendo

que, seu uso legítimo limita-se ao que pode ser intuído sensorialmente, entretanto, qualquer intento ou aplicação fora deste limite sensível será sempre ilícito. Tudo que o entendimento realiza terá como finalidade o uso empírico, ou seja, o conhecimento sempre será fenomênico.

O entendimento só poderá fazer dos seus princípios a priori ou de tos os seus conceitos um uso empírico e jamais um uso transcendental (...). O uso transcendental de um conceito, em qualquer princípio, consiste no fato de ser referido a coisas em geral e em si mesmas; o uso empírico, porém, consiste em ser referido meramente a fenômenos, isto é, a objetos de uma experiência possível. (KANT, 1983, p. 155)

Porém, Kant diz não ser possível deixar de pensar sobre como as coisas são em si mesmas, independentemente da forma como as percebemos, mas pensar é diferente de conhecer, como já afirmara na analítica dos conceitos: “pensar um objeto e conhecer um objeto não é, portanto, a mesma coisa” (KANT, 1983, p. 90). Desse modo, o que não pode ser conhecido, ao menos poderá ser pensado, e Kant chama de númenos a esses objetos que apenas podemos pensar. Acerca dos númenos, Kant afirma nos Prolegômenos:

Nada sabemos nem podemos saber de determinado acerca de tais seres inteligíveis puros, porque nossos conceitos intelectivos puros, do mesmo modo que nossas intuições puras, referem-se unicamente a objetos de uma experiência possível, portanto só a seres sensíveis e, desde que deles nos desviemos, tais conceitos deixam de ter a mínima significação. (KANT, 1988, p. 87).

Para Kant, a razão humana busca sempre algo mais, porém não é possível ultrapassar certos limites, mas essa ânsia de querer saber faz parte da própria natureza do homem, e, portanto, não deve ser ignorada.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ANDERY, M. A. P A, et al. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. 9. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; São Paulo: EDUC, 2000.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. Tradução: Valério Rohden e Udo Baldur Moosburger. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores).

\_\_\_\_\_. **Crítica da Razão Pura**. Tradução: Alexandre F. Morujão. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Goubenkian, 1994.

\_\_\_\_\_. **Prolegômenos a toda Metafísica Futura**. Lisboa: Edições 70, 1988.

\_\_\_\_\_. *O que é o esclarecimento?* In: **Fundamentação da Metafísica dos Costumes e Outros Escritos**. São Paulo: Martin Claret, 2002. p. 115-122.

PASCAL, Georges. **O pensamento de Kant**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

REALE, Giovanni. **História da filosofia: Do Humanismo a Kant-Giovanni Reale, Dario Antiseri**. V. 2. 5. ed. São Paulo: Paulus, 1990. (Coleção filosofia).